

Governo recua e agora promete verba original para o Bolsa Família

Por Fabio Murakawa | De Brasília

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ontem que o presidente Michel Temer ordenou a inclusão integral dos R\$ 30 bilhões necessários ao pagamento do Bolsa Família na proposta de Orçamento de 2019 (Ploa), primeiro ano de exercício do próximo mandatário.

Agora será preciso o envio de uma "mensagem modificativa" à proposta que Colnago entregou pessoalmente ontem ao presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (MDB-CE).

Na proposta de Orçamento entregue ao Congresso, o governo condicionou R\$ 258,1 bilhões em despesas à aprovação de um crédito adicional a ser solicitado pelo próximo presidente aos parlamentares. No valor, está incluída metade do orçamento sugerido para o Bolsa Família - o que corresponde a R\$ 15 bilhões.

Colnago explicou que, para a inclusão dos R\$ 15 bilhões restantes do Bolsa Família, será necessário condicionar outra fonte de despesas à aprovação de crédito pelo

Congresso. Segundo o ministro, provavelmente esse montante será relativo à folha de pagamento do funcionalismo.

"O presidente pediu para a gente avaliar a possibilidade de substituir o Bolsa Família por outro tipo de despesa. Nós estamos avaliando quais seriam essas possibilidades e devemos levar ao presidente essa nova proposta. Em havendo essa decisão, o presidente deve encaminhar uma mensagem modificativa", afirmou o ministro, à saída do encontro com Eunício.

"Dado o espaço que nós temos, há uma grande chance de a gente cair em folha de pagamento. Talvez nós tenhamos que caminhar para a folha de pagamento, mas estamos vendo as possibilidades que existem", completou.

Os R\$ 258,1 bilhões em despesas foram colocados como condicionais porque o governo não viu como cobri-las sem endividamento. O problema é que elas estão acima do limite previsto para cumprir a "regra de ouro" das contas públicas, que visa impedir que o país se endivide para pagar despesas correntes. Como a

Constituição permite o descumprimento somente com um crédito adicional autorizado pelo Congresso, o próximo governo terá que pedir aos parlamentares aval para essas despesas.

No caso do Bolsa Família, portanto, caberia aos congressistas aprovar crédito suplementar para que o desembolso integral fosse garantido no ano que vem, caso o governo mantivesse a sua proposta.

Segundo Colnago, o presidente poderá enviar pedidos de crédito suplementar ao Orçamento até o meio do ano que vem.

"Nós temos uma exigência pela regra de ouro de condicionar R\$ 258 bilhões. Dentro das possibilidades, nós colocamos Previdência, o BPC [Benefício de Prestação Continuada; assistência a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência], o Bolsa Família, alguns benefícios tributários", explicou o ministro. "Sempre com o cuidado de dar para o próximo presidente sempre junho ou julho do próximo exercício como prazo para enviar um projeto de lei pedindo um crédito extraordinário."

Bônus para servidor da Receita sai do Orçamento

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

janeiro do ano que vem, o que foi feito pela Medida Provisória 849.

O governo decidiu não incluir na proposta orçamentária do próximo ano o pagamento do bônus de produtividade aos servidores da Receita Federal, de acordo com fontes credenciadas ouvidas pelo Valor.

Embora tenha sido criado em 2017, pela Lei 13.464, o programa nunca foi regulamentado, o que vem provocando diversas paralisações de auditores e analistas da Receita.

O objetivo do programa, de acordo com a legislação, é incrementar a produtividade desses servidores. Auditores e analistas aposentados e seus pensionistas também têm direito ao bônus de produtividade.

A decisão de adiar o pagamento do bônus foi tomada juntamente com outra decisão do presidente Michel Temer, a de adiar o pagamento da parcela do reajuste dos servidores civis do Executivo, previsto para

Com as duas medidas, o governo Temer espera economizar R\$ 6,9 bilhões. A expectativa é que o adiamento do reajuste gere uma economia de R\$ 4,7 bilhões. Já com a nova postergação do pagamento do bônus, a projeção é que possam ser economizados mais R\$ 2,2 bilhões.

Como o governo não sabe se a medida provisória será aprovada ou não será derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF), os recursos necessários para o pagamento do reajuste de janeiro foram alocados em uma reserva no Ministério do Planejamento, na proposta orçamentária de 2019.

No ano passado, o governo adiou para 2019 o reajuste que inicialmente estava previsto para este ano. A decisão foi parar no STF, e uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a MP no fim do ano. Ela ficou suspensa até perder a validade.

Mais de R\$ 100 bi ficaram fora do Orçamento

RIBAMAR OLIVEIRA

O presidente Michel Temer deixou um presente de fim de ano para o seu sucessor. A equipe econômica de Temer não incluiu mais de R\$ 100 bilhões na previsão de receita da União em 2019.

Ficaram fora do cálculo oficial a arrecadação com o leilão do petróleo excedente dos campos da cessão onerosa à Petrobras, que pode chegar a R\$ 100 bilhões, de acordo com projeção feita pelo Ministério de Minas e Energia, e a receita com a mudança no Imposto de Renda dos fundos de investimentos exclusivos, um montante de R\$ 10,8 bilhões.

Fontes da área econômica explicaram que essas receitas ficaram fora da previsão oficial porque o governo Temer preferiu ser conservador. As duas receitas ainda dependem da aprovação de projetos de lei que estão no Congresso e não há garantias de que eles sejam aprovados, principalmente em virtude da mudança de governo, argumentaram as fontes.

Pela regra do teto, dinheiro será

usado para reduzir o déficit

O governo incluiu em sua previsão, no entanto, o valor do pagamento de outorga pelos novos contratos de concessão das usinas da Eletrobras cuja energia hoje é negociada no regime de cotas, estimado em R\$ 12,2 bilhões. A mudança de regime depende igualmente da aprovação pelo Congresso de um projeto de lei que permite a privatização da Eletrobras.

Os técnicos oficiais ouvidos pelo Valor explicaram que era importante incluir esta receita na proposta porque isso mostra a importância de aprovar o projeto para o futuro do setor elétrico brasileiro. A apreciação do projeto ficou para o próximo ano por decisão do próprio presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Em junho, os deputados aprovaram o projeto de lei com regras que tornam possível o acordo entre a Petrobras e a União, em torno da revisão do contrato da cessão onerosa de 5 bilhões de barris no pré-sal, firmado em 2010.

O projeto depende agora somente do Senado. Se ele for aprovado pelos senadores, a revisão será feita e o leilão do excedente da cessão onerosa poderá ser realizado.

O projeto que muda a tributação dos fundos de investimento exclusivos ainda não foi votado nem pela Câmara nem pelo Senado. No ano passado, o governo tentou alterar a tributação dos fundos por meio de medida provisória, mas ela terminou não sendo votada e perdeu validade. Por causa do princípio da anterioridade, o projeto precisa ser aprovado até o fim deste ano para entrar em vigor em 2019.

Um aspecto precisa ser destacado. O governo não poderia ter usado a montanha de dinheiro que será arrecadada com o leilão do excedente da cessão onerosa e com a tributação dos fundos exclusivos para aumentar os gastos da União em 2019, pois as despesas da proposta orçamentária já foram fixadas no teto, estipulado pela emenda constitucional 95/2016. Assim, a alternativa da área econômica teria sido usar a receita





para reduzir o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) para o próximo ano, cuja meta está fixada em R\$ 139 bilhões.

Com os recursos da cessão onerosa e da tributação dos fundos de investimentos exclusivos, a equipe econômica seria obrigada a reduzir o déficit do governo central, que ficaria muito pequeno - algo inferior a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Com o superávit primário de R\$ 10,5 bilhões projetado para os Estados e os municípios no próximo ano e o superávit de R\$ 1,5 bilhão previsto para as estatais federais, é provável que as contas do setor público apresentariam, pela primeira vez desde 2013, uma situação de equilíbrio.

Um resultado como esse poderia dar a falsa impressão ao público menos informado de que os problemas fiscais estão resolvidos, não existindo mais necessidade de reformas, que reduzam o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Não se deve esquecer que as receitas do leilão do excedente da cessão onerosa e da tributação do estoque dos fundos de investimento exclusivos só acontecerão uma única vez, ou seja, são receitas atípicas. Nada garante

que o resultado fiscal obtido com elas vá se repetir nos anos seguintes.

O dinheiro deixado para o próximo governo será, é importante admitir, mais uma tentação para que o futuro presidente altere a regra do teto de gastos, que vem sendo bombardeada até mesmo pelo Judiciário. Se resolver utilizar as receitas para fazer novas despesas, como um grandioso programa de recuperação da infraestrutura do país, como alguns defendem, o futuro presidente terá que mudar a regra do teto de gastos. É uma tentação considerável.

Para muitos economistas, o mais adequado é utilizar os recursos para reduzir ou eliminar o déficit primário, melhorando, assim, as expectativas do mercado e preparando o terreno para uma retomada mais forte da economia. Manter o teto de gastos é considerado por esses economistas como fundamental para o reequilíbrio das finanças públicas. A decisão será tomada pelo próximo presidente.

A proposta orçamentária de 2019, enviada ao Congresso na semana passada, abre um precedente perigoso. Ela prevê, sob a forma de uma "reserva de contingência

primária", uma dotação para pagar o aumento de 16,38% do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que reajusta os salários de todos os magistrados. Foi criada, igualmente, uma "reserva" para pagar o aumento de 16,38% nos salários dos procuradores do Ministério Público da União (MPU).

O problema é que o artigo 169 da Constituição estabelece, em seu parágrafo primeiro, que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração de servidores da União só pode ser feita se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO para 2019 não tem autorização específica para a concessão de novos reajustes para servidores. A pergunta que se coloca é como foi criada um "reserva de contingência" na proposta orçamentária para, especificamente, pagar aumento salarial, se o reajuste não está autorizado na LDO? O mais impressionante é que o expediente foi usado nas dotações do STF e do MPU.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Gestão em xeque

Especialistas propõem administração mais moderna nos museus

FABIO TEIXEIRA, PAULA AUTRAN E SELMA SCHMIDT

A tragédia do Museu Nacional, consumido por um incêndio no domingo passado, chama a atenção para um grave problema que afeta instituições do tipo em todo o país: a gestão de recursos para sua manutenção. Especialistas consultados pelo GLOBO destacam a dependência excessiva de verbas públicas e a falta de flexibilização para buscar outras fontes de financiamento.

Há quem aponte como saída uma gestão mais moderna feita por Organizações Sociais (OSs). Outros citam exemplos de fundações e parcerias com a iniciativa privada.

Para a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, museus administrados por OSs têm mais facilidade para lidar com inovações e buscar recursos. Ela cita como bons exemplos a Pinacoteca e o Museu da Imagem e do Som, ambos ligados à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, e geridos por OSs.



Abandono. Um dos portais da UFRJ no complexo Praa Vermelha, universidade que administra o Museu Nacional, que sofreu um grave acidente no último mês de agosto e a falta de manutenção e foi destruído no último domingo por um incêndio

— Os museus precisam de um olhar inovador, ousado, que não é próprio de órgão público. Não estou falando de privatização, mas de a gestão cotidiana ser de uma OS. Isso facilita a captação de recursos e a transparência da verba usada — disse Cláudia Costin, que é ex-secretária municipal de Educação do Rio.

Um estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) revela um dado que ressalta as amarras do poder público: só 36% de 253 museus brasileiros receberam aportes da iniciativa privada em 2011. Apesar de sete anos terem se passado, nada mudou, garante o coordenador do estudo, Leandro Valiati, professor de Economia da Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo ele, a situação pode ser ainda pior, porque

no estudo há museus privados, que contam com recurso desta natureza.

— O Museu Nacional é diferente por ser um museu universitário, administrado pela UFRJ. Ele tem lastros burocráticos complexos com a universidade federal. Tem uma série de entraves legais — afirma Valiati, que cita como bom exemplo de gestão o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, ligado à Secretaria estadual de Cultura do Paraná, mas administrado por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Ocip).

DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES

Marcelo Araújo, museólogo e presidente do Ibram, informou que o instituto está fazendo uma pesquisa





sobre a sustentabilidade dos museus brasileiros. Em todo o país, há 3.747 instituições públicas e privadas.

— Há a necessidade de diversificação de fontes de recursos, para justamente evitar a dependência de uma só, seja do governo ou de empresas.

Maria Ignez Mantovani, museóloga e ex-presidente do Conselho Internacional de Museus (Icom), destaca que não se pode abrir mão da contribuição do estado:

— Não eximo o poder público da responsabilidade patrimonial. Ele tem que exercer essa responsabilidade, e a sociedade tem que cobrar. Faz parte do direito à cultura, e não podemos abrir mão. Só que é preciso ter outras fontes de recursos para encarar o mundo complexo em que vivemos.

Segundo a assessoria do Museu Nacional, a instituição não recebe verba fixa da iniciativa privada. Dinheiro de empresas, só o que chega para projetos eventuais ou exposições pré-definidas. O diretor do museu, Alexandre Kellner, concorda que é necessário estudar outras formas de arrecadação para que a instituição não continue refém de recursos públicos: — É uma proposta a se pensar, mas não é o momento de se reformular tudo.

Kellner disse ainda que, para driblar a máquina burocrática e receber doação de recursos, a Associação Amigos do Museu Nacional está fazendo financiamento coletivo a fim de socorrer a instituição.

Colaborou Elenilce Bottari

Bird diz que não fez exigência para financiar museu e que tentou doações

O Banco Mundial informou ontem que as tratativas para auxiliar financeiramente o Museu Nacional, entre 1998 e 2000, não chegaram a estabelecer "valores ou condicionantes para o possível financiamento".

No entanto, o banco afirmou que, posteriormente, houve "tentativas de suporte ao museu, por meio de doação", que "tampouco tiveram sucesso, infelizmente". Além disso, também informou que, desde então, nenhum outro suporte do Bird para a instituição foi "solicitado ou considerado".

Ontem, em seu site, a UFRJ chamou de "falsa versão" o relato de que o empresário Israel Klabin, ex-prefeito do Rio de Janeiro, conseguiu obter os recursos junto ao Bird para modernizar o Museu Nacional, desde que a instituição se transformasse em uma Organização Social (OS).

Segundo a universidade, ele teria intermediado as negociações, mas a proposta de financiamento, segundo a UFRJ, foi recusada pela direção do banco à época. Por meio de nota oficial, a Reitoria da UFRJ destacou que "não existem obstáculos jurídicos para qualquer tipo de colaboração de eventuais parceiros da iniciativa privada". E que "transformar uma unidade em Organização Social está fora da pauta das universidades federais brasileiras".

Na segunda-feira, o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), contou ter ouvido do próprio Klabin sobre o projeto, que não prosperou porque o Bird exigia que o Museu Nacional fosse transformado em fundação de direito privado para tornar possível a captação de verba privada nacional e internacional, o que não teria sido aceito pela UFRJ. A história, que envolveria um crédito de US\$ 80 milhões, foi noticiada pelo site "Brasil Journal".

ENTREVISTA : Roberto Gambine - pró-reitor da UFRJ**‘Não posso tirar salário para pagar a conta da luz’**

Ele alega que o crescimento dos gastos com a folha de pessoal é consequência do aumento do número de alunos na universidade

DANIELLE NOGUEIRA

O pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ, Roberto Gambine, diz que não se deve criticar o crescimento da folha de pessoal da UFRJ e se queixa de entraves legais que limitam o uso da receita própria da universidade.

Porqueo gasto com pessoal chegou a 87% do orçamento da UFRJ em 2017?

O crescimento da folha é decorrente do processo de expansão. A universidade tinha 40 mil estudantes e, hoje, tem cerca de 70 mil. Era preciso ter docentes e técnicos para dar conta da formação dos novos alunos. Mas a contradição não é a folha. É o fato de que o custeio e o investimento não acompanharam esse crescimento.

Qual é a autonomia que a UFRJ tem para lidar com esse gasto crescente de pessoal?

O último concurso para expansão de vagas de docentes foi feito, se não me engano, em 2010. Desde então, há concursos para reposição de pessoas que se afastam, morrem ou se aposentam.

Mas os docentes e os técnicos progridem na carreira, e isso exige que o governo cumpra esse orçamento. São despesas obrigatórias.

Não posso tirar o salário de alguém para pagar a conta da luz. Juntar orçamento de pessoal com recursos de custeio e investimento para fazer uma conta única e dizer que o orçamento da UFRJ cresceu não é a maneira mais adequada de lidar com essa questão e joga a sociedade contra a UFRJ.

O que pode ser feito?

Uma das soluções absurdas seria a demissão de servidores. Teríamos lindos prédios vazios sem professores, sem técnicos, que fazem a diferença na UFRJ. Mas temos ampliado a interlocução com a bancada de deputados federal dos mais diferentes partidos para conseguir recursos via emendas parlamentares.

Também tem buscado elevar a receita própria?

Vamos rever contratos de aluguel de terrenos, como o alugado ao Cenpes, da Petrobras. Mas isso não cobre toda a necessidade do orçamento. Nossa capacidade de arrecadação própria gira em torno do R\$ 60 milhões por ano. Além disso, temos um limite de uso dessa receita estabelecido no orçamento.

Como assim?

Se a gente arrecadar mais que o limite previsto no orçamento, temos que pedir ao MEC, que pede ao Planejamento, uma suplementação orçamentária. Se o Planejamento disser que não tem cobertura orçamentária, todo esforço que a gente fez para arrecadar recursos não se realiza. Os recursos vão para a conta única do Tesouro.

Há sobra de recursos arrecadados diretamente pela universidade hoje?

Temos um superávit acumulado de cerca de R\$ 30 milhões que não podemos usar. São recursos levantados principalmente com aluguel de terrenos. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, foi aberta a possibilidade para a área de saúde e educação de não haver mais esse limite de uso. Agora, pelo menos vamos poder solicitar esse orçamento suplementar, o que não significa que vamos receber.

A UFRJ avalia a possibilidade de fechar convênios como setor privado para obter patrocínios?

Não somos contra fazer convênios, desde que respeitada a vocação para o ensino da unidade que o fizer. Mas, hoje, se captássemos recursos privados com patrocinadores ou ex-alunos, que é recorrente na Europa e nos EUA,





essa verba iria para a conta única do Tesouro se ultrapassasse o limite de receita própria estabelecido no orçamento.

O que estamos fazendo para driblar essa amarra burocrática é um levantamento, em parceria com o BNDES, dos imóveis que temos, para que os interessados em usá-los façam contrapartidas, como a recuperação de patrimônio, em vez de nos pagar um aluguel. O terreno onde funcionava o Canecão deve ser o primeiro a ser enquadrado nesse processo.

Há uma visão de que há uma gestão politizada da UFRJ, pois o reitor é ligado ao PSOL. Isso existe?

É uma visão torta. Cada um de nós pode ter sua opção partidária. A gente não funciona nessa lógica de oposição ou situação. Fazer esse tipo de vinculação é uma covardia com nosso reitor.

Governo manterá orçamento do Bolsa Família em 2019

Temer volta atrás e prevê valor total para o programa social, sem exigência de autorização do Congresso para esta despesa

MARIA LIMA
BRASÍLIA

Diante da reação da ala política do governo, o presidente Michel Temer decidiu contrariar a equipe econômica e retirar o programa Bolsa Família do projeto que condiciona o pagamento de determinadas despesas públicas a uma autorização do Congresso. Na semana passada, o governo enviou ao Legislativo a proposta de lei orçamentária de 2019 prevendo que R\$ 258 bilhões do Orçamento de 2019 só poderão ser pagos com aprovação dos parlamentares. Nesse conjunto, estava metade do Orçamento do Bolsa Família, R\$ 15 bilhões.

No entanto, o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, procurou o Palácio do Planalto para pedir a exclusão do programa desse condicionamento. Temer atendeu. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ontem que já estão sendo feitos estudos para substituir o Bolsa Família. Uma das opções é colocar o pagamento de servidores no lugar.

A equipe econômica precisa de autorização do Congresso para pagar parte de seus gastos porque não conseguirá cumprir a chamada regra de ouro no ano que vem. Por ela, o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes, como folha. No entanto, como os gastos obrigatórios estão muito elevados, houve um desequilíbrio e será preciso fazer operações de crédito para garantir todos os pagamentos necessários.

— Olhando o espaço que temos, isso (a retirada do Bolsa Família) deve cair na folha de pagamento dos servidores de uma forma geral — disse Colnago. — Temos a exigência da regra de ouro de condicionar R\$ 258 bilhões. Dentro dessa possibilidade, colocamos Previdência, Bolsa Família e alguns benefícios tributários, sempre com o cuidado de dar ao próximo presidente uma folga até junho ou julho para encaminhar ao Congresso uma emenda de crédito suplementar — explicou o ministro.

Pelo Orçamento de 2019, haverá dinheiro disponível para o pagamento das despesas condicionadas até o meio do ano. A ideia é que o próximo governo consiga, no primeiro semestre, a autorização do Congresso para honrar a totalidade dos gastos.

Seis ações pedem para Supremo manter reajuste de servidores

Governo propôs, no Orçamento de 2019, adiamento para 2020. Mas já prevê derrota no Supremo e, por isso, não inclui nas contas a economia de R\$ 6,9 bi com a medida

CAROLINA BRÍGIDO
BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) já recebeu seis ações que questionam a decisão do governo de propor o adiamento do reajuste salarial dos servidores públicos de 2019 para 2020. As primeiras chegaram à Corte na segunda-feira, de autoria da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) e da União Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacom). Ontem, outras quatro ações foram apresentadas.

Os autores são a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Psol, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e Confederação

Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Concate). Ainda não há previsão de quando será o julgamento da causa.

STF JÁ RECONHECEU DIREITO

A primeira ação foi sorteada para a relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, e a segunda, para Luiz Fux. No entanto, a Unacom pediu para os dois processos ficarem sob a mesma relatoria. Pela regra de funcionamento da Corte, um ministro deve cuidar de ações sobre o mesmo assunto. Fux ainda não decidiu se continuará como relator. Com a questão ainda em suspenso, as novas ações não tiveram o relator definido. O mais provável é que fiquem todas com Lewandowski.

As associações têm interesse na relatoria do ministro porque, em dezembro do ano passado, ele concedeu sozinho uma liminar suspendendo os efeitos de uma medida provisória que adiava para 2019 os reajustes salariais previstos

para várias categorias do Poder Executivo. A decisão foi monocrática (tomada por um só ministro) por conta da proximidade do recesso do STF. Agora, Lewandowski deverá levar a discussão ao plenário. Antes disso, no entanto, deverá pedir um parecer sobre o assunto para a Procuradoria-Geral da República.

Em 2016, o STF reconheceu a existência de direito adquirido a reajustes previstos em lei para servidores de Tocantins, em ação semelhante. Mas não há garantia de que o mesmo resultado seja repetido. O julgamento há dois anos foi definido por seis votos a cinco. Um dos ministros, Teori Zavascki, morreu e foi substituído por Alexandre de Moraes, que pode ter opinião diferente da de seu antecessor.

O governo, contudo, já conta com a possibilidade de derrota. Tanto que não incluiu a economia prevista com o adiamento do reajuste, de R\$ 6,9 bilhões, no Orçamento de 2019.

Governo revisa impacto do Funrural no Orçamento de 2019 para R\$ 5,3 bilhões

Bernardo Caram

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda fechou nesta quarta-feira (5) um novo cálculo de impacto orçamentário causado pela Medida Provisória (MP) que autoriza a renegociação de dívidas rurais.

O texto, aprovado na Câmara dos Deputados na terça-feira (4) e ainda pendente de votação no Senado, vai gerar custo de R\$ 5,3 bilhões à União.

O cálculo interno da pasta é mais um capítulo do vaivém que envolve a proposta.

Com ampliações nos benefícios e recuos ao longo da tramitação, a estimativa de impacto mudou mais de uma vez e agora gera divergências entre governo e Congresso.

O relator da matéria, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirma que a versão final do projeto gera um custo de R\$ 2 bilhões ao governo.

Inicialmente, a proposta do presidente Michel Temer restringiu o benefício da renegociação de dívidas apenas a pequenos agricultores do Norte e Nordeste, no âmbito do Pronaf (Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Nesse formato, o impacto era calculado em R\$ 1,6 bilhão.

Depois, o relator chegou a ampliar o total de dívidas que poderiam ser renegociadas e a abrangência do benefício para produtores rurais de todo o país.

O senador, entretanto, recuou de parte da mudança, que teria impacto estimado em R\$ 17 bilhões.

Na versão aprovada pela Câmara, agricultores familiares do Norte e Nordeste poderão renegociar dívidas contratadas até 2011 com descontos de até 95%.

Para as outras regiões, o desconto será menor — de 60% para operações contratadas até 2006 e 30% para as dívidas assumidas até 2011.

O texto também prorroga o prazo de adesão ao programa conhecido como Refis do Funrural do fim de outubro para 30 de dezembro.

Nessa nova versão, Bezerra argumenta que o impacto foi reduzido para R\$ 2 bilhões, número diferente do estimado pelo Ministério da

Fazenda.

Na noite de terça, durante a análise em plenário, representantes da liderança do governo na Câmara ainda afirmavam que o projeto traria custo de R\$ 17 bilhões.

Com esse argumento, os parlamentares disseram que a ordem do Planalto era a de não votar a matéria.

O texto acabou sendo aprovado, mas agora o cálculo do governo prevê um impacto de menos de um terço desse valor.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse que gostaria de ter votado a MP em plenário ainda nesta semana, mas o texto não foi enviado a tempo pela Câmara.

A previsão é que ele seja votado pelos senadores na segunda semana de outubro, depois do primeiro turno das eleições.

Se for mantido no mesmo formato aprovado pela Câmara, o Ministério da Fazenda avalia se vai sugerir a Temer o veto dos trechos que ampliaram benefícios e elevaram o impacto inicial de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 5,3 bilhões.

Recursos para obras na UFRJ encolhem e 90% ficam só no papel

Júlia Barbon, Nicola Pamplona e Estêvão Gamba

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO- Sufocada por altos custos com pagamento de salários e despesas básicas de custeio, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), responsável pelo Museu Nacional, destruído por um incêndio no domingo (2), não gastou nem 10% do valor previsto para obras e instalações no ano passado.

Os recursos reservados à instituição para essa finalidade sofreram forte diminuição nos últimos anos, e as quantias orçadas anualmente foram cada vez mais congeladas.

Se em 2014 havia uma previsão de R\$ 28,9 milhões para obras e instalações no orçamento da UFRJ, em 2017 a quantia despencou para R\$ 3,5 milhões — e a maior parte do dinheiro ficou só no papel.

Segundo análise da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a partir

de dados do governo federal no Siafi (Sistema Integrado de Informação Financeira), somente R\$ 284 mil foram efetivamente utilizados em reformas no ano passado.

Ao mesmo tempo, a UFRJ reduziu a verba prevista ao Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, zona norte do Rio, que tinha um acervo com mais de 20 milhões de peças.

A verba de R\$ 346 mil orçada para este ano é amais baixa em ao menos quatro anos — em 2016, era 24% maior.

O contexto desses gastos na universidade envolve um orçamento cada vez mais engessado para investimentos.

Por um lado, os recursos federais reservados para a UFRJ tiveram até leve alta desde 2013. Mas, como eles estão cada vez mais voltados para despesas carimbadas, como salários dos servidores, na prática há menos dinheiro para outros gastos da

instituição.

Atualmente, a cada R\$ 100 destinados à universidade, R\$ 84 são gastos em pessoal, grande parte disso para aposentados, de acordo com dados do Ministério da Fazenda.

Esse comprometimento com folha de pagamento era de 79% em 2013 e, desde então, sofreu leves variações.

A UFRJ diz que a verba que ela própria pode gerenciar este ano se limita a R\$ 388 milhões e que seriam necessários R\$ 460 milhões.

Na ponta desse cenário de aperto nas finanças também sofrem as instalações como a do próprio Museu Nacional, que, sem obras nem reformas, apresentava sinais visíveis de má conservação, como paredes descascadas e fios elétricos expostos.

A Polícia Federal ainda investiga as causas do incêndio na instituição





que durou seis horas, consumiu parte significativa do acervo e arrasou décadas de trabalho da maioria de seus professores. As hipóteses para o início do fogo vão da queda de um balão no teto do edifício a um curto-circuito em um dos laboratório que funcionavam no prédio.

O museu não tinha detectores de fumaça, portas corta fogo ou sprinklers no teto, apenas extintores. A cobertura do prédio será refeita antes de iniciada a varredura.

A verba para o museu vem do governo federal, por meio da UFRJ. Aparte desse dinheiro que serve para despesas com funcionamento diário, como compras de material de escritório, consertos e dedetização, foi de R\$ 346 milhões no ano passado. O previsto, no entanto, era de R\$ 500 mil.

"A última parcela a gente não consegue transferir porque não tem orçamento. Acaba para todo mundo", afirma o pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, Roberto Gambine.

Ele admite, porém, que pode haver problemas de gestão. "Em

qualquer uma, né? Nós mesmos temos avaliações autocríticas daquilo que a gente pode melhorar, fazer diferentes, caminhos que agente pode traçar", afirma.

A universidade não tem controle de quanto é gasto com o restante das atividades do museu, como luz, água, salários e terceirizados. Esse montante entra na conta geral das unidades da UFRJ, sem ser discriminado.

Com 89 docentes e cerca de 500 alunos de mestrado e doutorado, o museu possui seis cursos de pós-graduação: antropologia social, arqueologia, zoologia, botânica, linguística e línguas indígenas e geociências — os três primeiros figuram entre os mais importantes do Brasil.

Para fechar as contas, a gestão da universidade propôs cortes de gastos com energia, telecomunicações e combustíveis, redução da frequência de ônibus no campus e renegociação com fornecedores.

Com a queda de investimento nos últimos anos, foram paralisadas obras de novos edifícios, hoje

inacabados, na cidade universitária. Amá gestão também contribuiu: planejada para receber estudantes de direito, uma das construções foi suspensa por problemas na fundação.

Sobre a queda nos investimentos, o Ministério da Educação diz que esse tipo de despesa tem condição diferenciada, não podendo ser comparadas ano a ano uma vez que obras têm começo e fim.

Segundo a pasta, não houve cortes para as universidades em 2018. "Mesmo com as limitações orçamentárias que o país enfrenta, não é verdade que falte recurso para as universidades", disse o Ministério da Educação em nota.

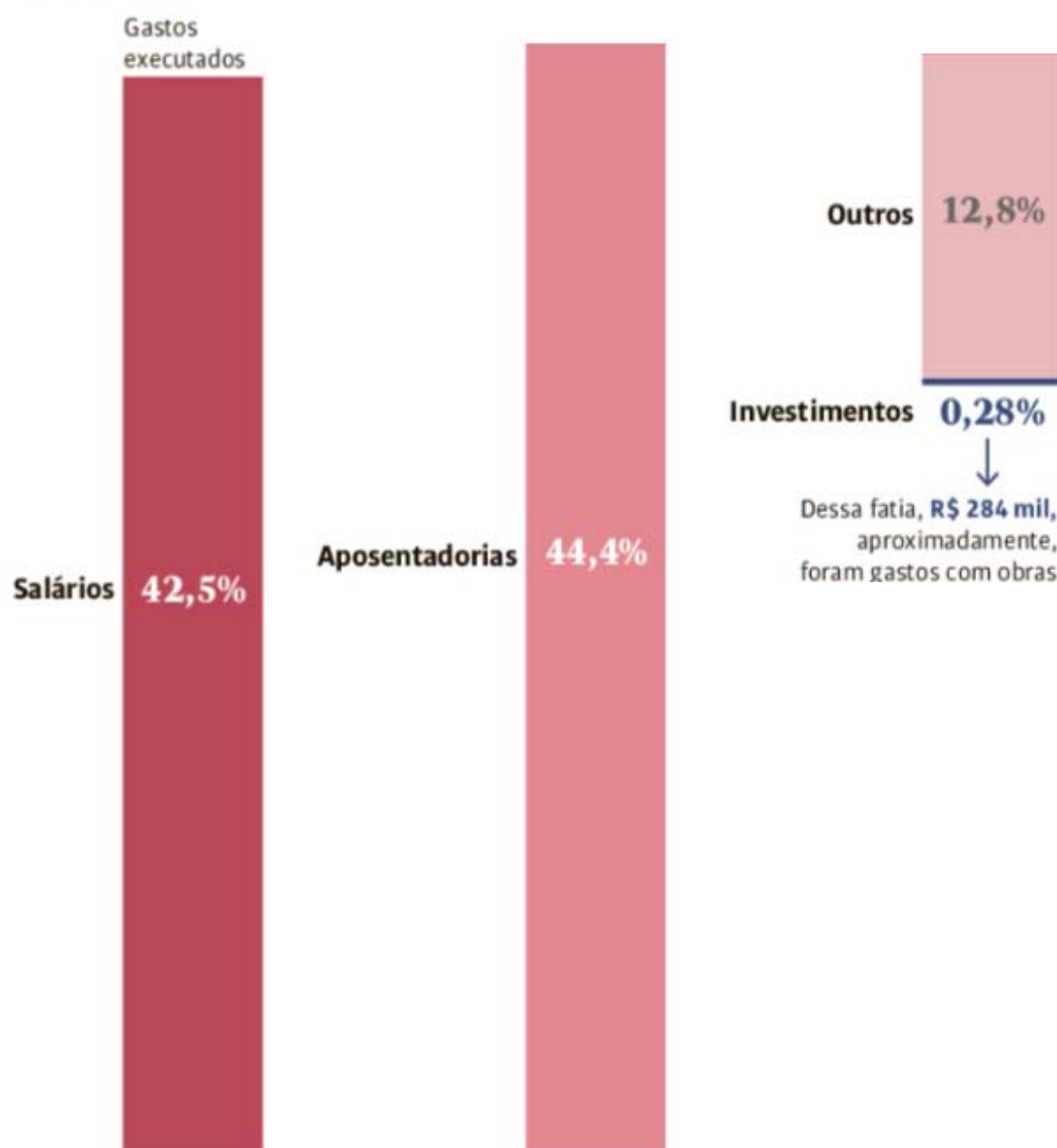
O MEC ainda afirma que a expansão das universidades federais, realizada a partir de 2007 pelo governo Lula, ocorreu sem a mensuração sobre o impacto futuro.

"Apenas em 2018, o orçamento global previsto é de cerca de R\$ 46,4 bilhões. Em 2014 este valor era de R\$ 34,6 bilhões, cerca de R\$ 12 bilhões amenos que o valor atual", diz anota do MEC.





**Em 2017, UFRJ gastou
87% do orçamento
com servidores**





Entenda de onde vêm os recursos do museu

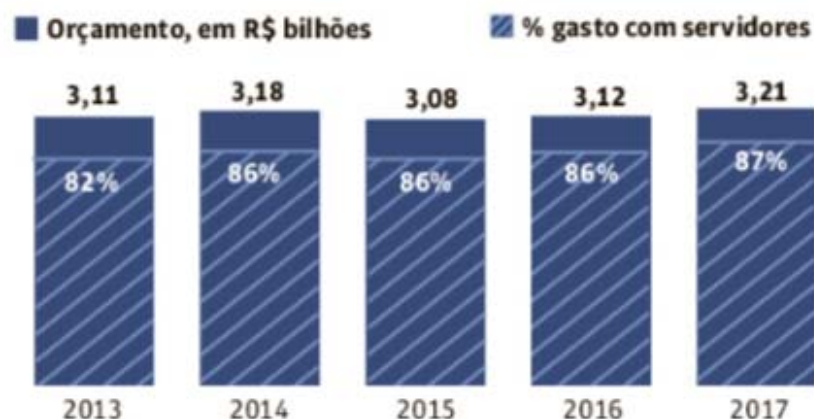
UFRJ Quase a totalidade dos recursos do museu são oriundos da universidade. A maior parte da verba está "misturada" com o orçamento geral da UFRJ (salários, luz, limpeza). Os únicos repasses discriminados pela universidade são os de funcionamento diário (pequenas compras, consertos),

Capes A Capes repassa verbas para a pós-graduação, como materiais e passagens

Outras áreas O museu pode receber recursos de outros órgãos, como o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), mas para ações específicas. São verbas extras que não fazem parte do orçamento regular

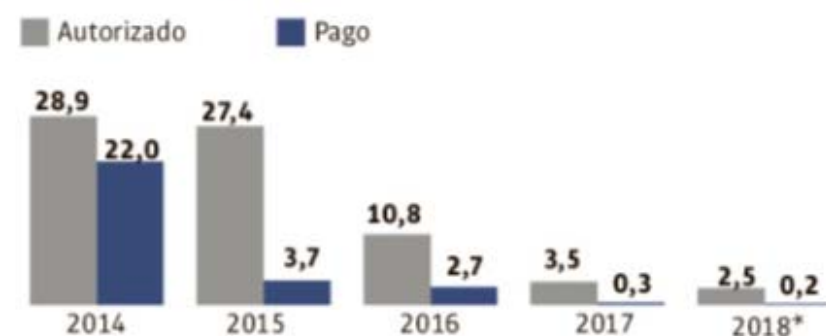
'Mãe' do Museu Nacional, UFRJ passa por crise orçamentária

Maior parte do orçamento da UFRJ vai para **salários e aposentadorias**



Desde 2014, universidade **só gastou 39,5% do dinheiro reservado** para obras e instalações

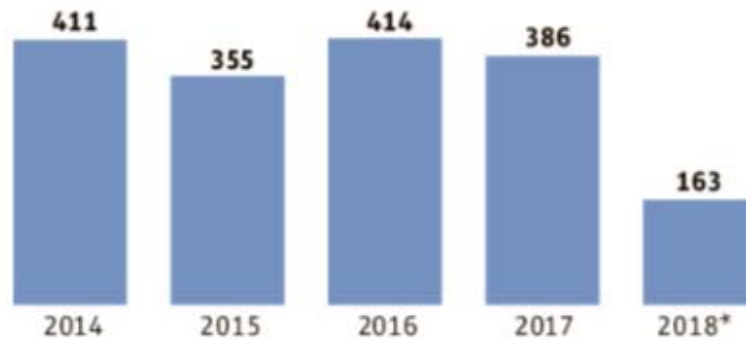
Gastos com obras, em R\$ milhões





Recursos que a universidade pode gerenciar livremente
caíram em 2017

Gastos discricionários executados, em R\$ milhões



Orçamento para 2018 **não contempla recursos suficientes**
para despesas



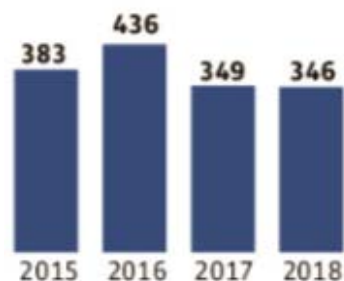
R\$ 160 milhões é o déficit total previsto para este ano





Verbas para funcionamento do **Museu Nacional** estão em queda

Despesas com funcionamento**
Em R\$ milhares



Verbas para a pós-graduação***
Em R\$ milhares



Raio-x

Museu Nacional

Fundação: 1818

Ingresso: R\$ 8 (inteira)

Acervo: Mais de **20 milhões** de itens, dos quais 1% estavam expostos

Quem administra:

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

UFRJ

Fundação: 1920

Cursos de graduação presenciais: 177

Funcionários técnico-administrativos: 9,4 mil

Professores: 4,1 mil

Alunos matriculados: 38,8 mil

Valores atualizados pelo IPCA (jan.2018)

*Orçamento em andamento. Dados até julho

**Compras de material de escritório, consertos, dedetização etc. Vêm da UFRJ

***Diárias, passagens, aquisição de material e serviços de pessoa jurídica. Vêm da Capes

Fontes: FGV-DAPP, UFRJ, Museu Nacional, Censo da Educação Superior 2016, MEC e Tesouro Nacional

Sem limite fixo, folha salarial vira drama de universidade federal

ANÁLISE

Paulo Saldaña

SÃO PAULO As finanças da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), responsável pelo Museu Nacional, sofrem pressões por vários lados: os gastos com salários e aposentadorias têm subido em anos recentes, e os valores recebidos para despesas como obras sofrem redução.

A folha de pagamento representou 82% do total gasto na UFRJ em 2013. Ano passado, esse percentual chegou a 87%.

Há pressões em jogo também pelo lado do governo federal. Com arrecadação em queda, ajuste fiscal e teto de gastos, o MEC tem tido menos recursos disponíveis.

O repasse do governo para a UFRJ para investimentos (co-

mo compra de equipamentos) foi em 2017 de R\$ 8,9 milhões. Quase 80% inferior ao de 2014.

Como a instituição ocupa vários edifícios históricos e antigos, a necessidade por obras é sempre urgente. Mas a previsão de orçamento no ano passado já era baixa e a execução foi ainda menor.

Os critérios para a definição do orçamento das federais não levam em conta particularidades como a da existência de um museu bicentenário ou um navio de pesquisa.

Dessa forma, valores repassados pelas universidades a suas unidades (como o Museu Nacional no caso da UFRJ) são definidos pela reitoria a partir do que chega.

Gustavo Balduino, da Andifes (entidade que representa reitores das federais), diz que mesmo em anos de bonança

[...]

Enquanto USP, Unicamp e Unesp geram por conta própria orçamentos carimbados (um percentual fixo do ICMS), as federais não têm sequer certeza se vão receber os valores





não houve planos para recuperação de prédios históricos.

“Sem política de recuperação de locais, outros acidentes vão ocorrer”, diz. Há 48 federais com museus.

No debate recente do ensino superior, a expressão “crise financeira” esteve muito associada às estaduais paulistas. USP, Unicamp e Unesp sofrem desde 2014 para pagar suas contas. No caso da USP, a folha de pagamento chegou a consumir mais de 100% dos repasses do estado.

Salários representam um volume considerável das contas de universidades públicas. Entre as estaduais de SP, busca-se um teto de gastos com a folha de 75% do orçamento total (poucas vezes alcançado). Nas federais, até hoje não se chegou a uma regra de qual deve ser esse limite.

Uma diferença central é que as federais não tem autonomia de suas finanças.

Não definem sozinhas contratações ou reajustes da folha. Não poderiam, por exemplo, tocar por conta própria um plano de demissão voluntária, como o que fez a USP para desafogar as contas.

Enquanto USP, Unicamp e Unesp geram seus orçamentos carimbados (um percentual fixo do ICMS), as federais não têm sequer certeza se vão receber os valores previstos a cada orçamento anual.

Luiz Cláudio Costa, ex-secretário-executivo do MEC e ex-reitor da Federal de Viçosa, diz que a autonomia financeira poderia melhorar a definição de aporte dos recursos necessários, mas também a de responsabilidades.

“Baseado em critérios quan-

titativos e qualitativos, uma maior autonomia estabeleceria melhor as rubricas, fortalecendo os conselhos de cada universidade, e se ganharia muito em gestão”, diz.

As chamadas que destruíram o museu acirraram a busca por explicações. Mesmo sem informações sobre o que provocou o fogo, as notícias de que a instituição precisava de dinheiro para manutenção dão pistas de que ações esperadas não foram atendidas.

As universidades paulistas podem até reclamar aumento da sua parcela fixa de orçamento, mas a sociedade sabe que a responsabilidade da crise em que se meteram é de seus dirigentes —bem como os planos para sair dela. No caso do museu e da UFRJ, predomina o empurra-empurra entre governo e universidade.

Temer estuda retirar controle do museu de universidade federal

Ideia é que Museu Nacional saia das mãos da UFRJ e plano de reconstrução seja coordenado pelo Ministério da Educação

Gustavo Uribe

Brasília- O presidente Michel Temer avalia editar uma medida provisória para desvincular o Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), atual responsável pela sua administração do prédio incendiado.

A ideia em estudo é que a gestão da instituição cultural passe para as mãos do Ministério da Educação, que teria, na opinião do governo federal, melhores condições para conduzir a recuperação do prédio histórico após a destruição com o fogo domingo (2).

O argumento do Palácio do Planalto tem sido o de que a direção da instituição de ensino não tem gerido de maneira adequada os recursos repassados e de que essa possível alteração poderá facilitar

parcerias com a iniciativa privada para agilizar a recuperação do museu.

A possibilidade de mudança, contudo, ainda enfrenta receio no Ministério da Educação. O temor é o de que outras universidades federais que administram museus no país reajam mal à iniciativa e iniciem uma série de protestos e paralisações.

O plano de alteração da gestão da UFRJ ocorre após divergência pública entre o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o reitor da UFRJ, Roberto Leher, criticado por assessores presidenciais por tentar politizar o caso do incêndio.

Em nota, divulgada na terça-feira (4), a instituição de ensino afirmou que, desde 2014, tem sofrido redução no repasse de recursos orçamentários. No mesmo dia, em entrevista à imprensa, o ministro havia dito que a UFRJ tem autonomia para distribuir os recursos e que, de 2012 a 2017, o orçamento da

universidade cresceu, mas a dotação feita diretamente ao museu caiu.

A atual administração da UFRJ foi nomeada em 2015, com mandato até 2019.

O reitor eleito, que é professor titular da faculdade de educação, é filiado ao PSOL e assumiu o cargo com críticas à política de educação federal. Além dele, outros três dos dez membros da reitoria são membros do partido.

Em 2017, o reitor chegou a ser acusado pelo Ministério Público Federal de improbidade administrativa por promover evento de caráter político-partidário na universidade, mas a ação acabou rejeitada pela Justiça Federal.

A filiação partidária do reitor tem sido explorada inclusive na disputa presidencial deste ano. O candidato do PSL, Jair Bolsonaro, por exemplo, criticou a ligação.

Em resposta, o PSOL repudiou





o que chamou de tentativa de responsabilizar o partido pelo incêndio no museu.

Para o pró-reitor de Planejamento da UFRJ, Roberto Gambine, são "antidemocráticas" as críticas à suposta politização do comando da universidade. "É uma visão antidemocrática. Cada um aqui pode ter uma opção partidária. Mas não é isso que marca. As pessoas não conhecem a universidade, agente não funciona nessa lógica aqui de partido de oposição ou situação."

"Fazer esse tipo de vinculação é uma covardia com o nosso reitor. Eu não sou do PSOL, mas respeito a opção partidária dele", completou Gambine, filiado ao PC do B.

Desde o primeiro dia após a tragédia, o reitor tem reclamado publicamente dos repasses federais. A expectativa é que as obras de

recuperação da estrutura só tenham início na metade do ano que vem, após a conclusão dos projetos básico e executivo.

A UFRJ, assim como as demais universidades públicas, vive um período de enxugamento de recursos diante da crise econômica do país. Os edifícios da universidade estão em estado precário, em um retrato do sucateamento da instituição, que prevê chegar ao fim do ano com déficit de R\$ 160 milhões — incluindo débitos de anos anteriores.

Apesar do cenário de dificuldades financeiras, a instituição figura por dois anos consecutivos como a melhor universidade do país no RUF (Ranking Universitário da Folha).

Em reunião nesta quarta-feira (5) com executivos de instituição financeiras, Temer propôs a criação

de fundos de financiamento para a restauração de museus de todo o país, no que chamou de uma "mobilização nacional".

Ele informou que convidará presidentes de empresas de grande, médio e pequeno porte para que contribuam para o financiamento de reformas nas instituições culturais, o que pode ser feito por meio dos benefícios da Lei Rouanet. O Planalto estuda, inclusive, flexibilizar iniciativa para permitir doações de pessoas físicas. "Seria a criação de fundos especiais, com colaboração permanente, para a manutenção do patrimônio histórico. E há a possibilidade da utilização dos benefícios da Lei Rouanet, o que está sendo examinado", disse.

Colaborou Nicola Pamplona., do Rio

Não convém deixar o PSOL administrar os museus e as universidades federais

OPINIÃO

Leandro Narloch

O leitor me perdoe, mas é preciso politizar a tragédia. Não acredito que integrantes do PSOL sejam administradores naturalmente piores que os do PTB, PTS, Solidariedade ou de tantos outros partidos que pululam por aí. O problema é o apego desmedido do PSOL a ideias ruins.

A tragédia do Museu Nacional mostrou que as universidades federais, seus museus e hospitais precisam com urgência de um novo modelo de governança. É preciso passar a direção dessas instituições para fundações independentes focadas em fazer parcerias e arrecadar doações privadas.

É o que fazem os principais museus do mundo e, no Brasil, o Museu do Futebol e o Museu do Amanhã, já visitado por 3 milhões de brasileiros em menos de três anos. E como queria o Banco Mundial há duas décadas, ao se dispor a doar para o Museu Nacional 80 milhões de dólares (que a UFRJ recusou).

Mas integrantes do PSOL, como o reitor da UFRJ, Roberto Leher, serão os últimos a apoiar essas mudanças. Boa parte da obra acadêmica do reitor é destinada a rejeitar soluções de modernização da educação pública propostas pelo Banco Mundial.

Em 2005, Leher criticou o governo Lula por aderir a “propostas neoliberais” do Banco Mundial como o ProUni, as parcerias com a iniciativa privada, as fundações com governança corporativa. É contra até mesmo as gratificações aos professores por produtividade e sistemas para verificação de qualidade e eficiência do ensino.

Textos recentes do reitor ainda preservam o vocabulário anterior à queda do Muro de Berlim. Ele fala sobre “imposições truculentas de diversos organismos internacionais a serviço dos senhores do mundo”, que são parte de uma “agenda neoliberal” implantada por “frações locais da grande burguesia”.

Há uma divergência da imprensa se houve aumento ou queda da verba de custeio repassada pelo governo à UFRJ. Mas é fato que a universidade, por escolha própria (é autônoma para decidir o destino de gastos não-obrigatórios), reduziu o dinheiro para o museu com uma intensidade ainda maior que a possível queda de transferências do governo.

De 2013 a 2017, enquanto os investimentos federais caíram 44%, a despesa da UFRJ com o museu caiu 77%. A reitoria preferiu concentrar recursos na criação de uma rádio FM, projeto que captou R\$ 2,5 milhões em 2016 e 2017.

A segurança do Museu Na-

cional nem sequer estava nas prioridades da universidade —tanto que, ao negociar financiamento para reforma com o BNDES, a UFRJ esqueceu do sistema de combate a incêndio. Foi o BNDES que a advertiu quanto a isso.

Durante a tragédia, o reitor Roberto Leher culpou os bombeiros, “o descaso”, a falta de investimentos e a falta de verbas. Mas ele também tem um bocado de culpa nessa história.

Ora, se um reitor percebe que o dinheiro para a segurança de um museu não vem e não virá, e que reclamar não produz resultado, então precisa se render à realidade e buscar outras formas de financiamento. Por exemplo, unir-se a empresas e fundações, ou alterar a administração do Museu Nacional para uma fundação que pudesse receber doações privadas.

Mas o reitor abandonou o museu às contingências do orçamento público. Preferiu se importar mais com a ideologia que com as preciosidades da história do mundo pelas quais era responsável.

“O futuro da universidade pública latino-americana dependerá do avanço desses nexos virtuosos entre a universidade e as lutas anti-imperialistas e anticapitalistas”, escreveu Leher em 2015, enquanto o Museu Nacional caía aos pedaços.

**C O N S C I Ê N C I A
TRANQUILA**

O ex-ministro Mendonça Filho (DEM-PE), que comandou o MEC (Ministério da Educação) de 2016 a abril deste ano, diz que não há mea-culpa a ser feito no caso do incêndio do Museu Nacional. E dispara contra a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que administra a instituição.

ALIANÇA

“Ela é conhecida como uma das universidades mais mal geridas do país. É o modo ‘psolista’ de administrar”, diz Mendonça, referindo-se ao fato de dirigentes da instituição serem ligados ao PSOL “e também ao PSTU e ao PCdoB, a tríplice aliança da incompetência”.

MINHA PARTE

Ele diz que sempre repassou “100% da verba de custeio para a universidade”, além de elevar “a liberação de recursos para investimento. Mas preferiram

colocar dinheiro em eventos do MST”.

NADA

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, afirma ser “lamentável que o ex-ministro utilize o problema do incêndio no Museu Nacional para fins eleitorais. Mendonça Filho não fez nada para reverter o problema da queda de investimentos nas universidades federais, que foi muito acentuada em sua gestão”.

PAPO ZERO

Ele afirma que o ex-ministro “não dialogava de maneira adequada com as universidades e não foi capaz sequer de responder aos ofícios institucionais da UFRJ”. Leher diz ainda lamentar que Mendonça “desconsidere a natureza republicana que a universidade estabelece com a equipe do atual ministro da Educação, que tem demonstrado estar à altura das responsabilidades” de um gestor da área.

Governo mantém verba do Bolsa Família

Contrariando a equipe econômica, que previa metade dos recursos para o programa em 2019, Temer decidiu destinar R\$ 30 bilhões

Camila Turtelli / BRASÍLIA

O governo recuou e vai manter na íntegra os R\$ 30 bilhões previstos para serem desembolsados no ano que vem para bancar o Bolsa Família. Na semana passada, ao enviar o Orçamento de 2019, a equipe econômica previu apenas a metade dos recursos para o programa, que seriam suficientes para custear apenas seis meses do Bolsa, que atende a 13,9 milhões de famílias de baixa renda.

Dessa forma, o próximo governo, que será eleito em outubro e tomará posse em 1.º de janeiro, teria de pedir autorização ao Congresso para suplementar o Orçamento e viabilizar o programa

no restante de 2019. Essa situação desagradou ao ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, que pediu ao presidente Michel Temer que assegurasse na íntegra o Orçamento anual do programa. Temer pediu ao Ministério do Planejamento que fizesse a recomposição, o que deve ser feito por meio de um remanejamento de recursos.

O governo faz esse malabarismo para cumprir a chamada regra de ouro, que impede a emissão de dívida para pagamento das despesas correntes, como salários. Em 2019, a previsão é que esse limite seja ultrapassado em R\$ 258 bilhões. "O presidente pediu para avaliarmos a necessidade de substituir o Bolsa Família por outro tipo de despesa e estamos avaliando as possibilidades. Devemos levar ao presidente uma proposta", disse o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

O Bolsa Família não foi o único benefício que teve seu Orçamento condicionado à aprovação de um crédito extra no ano que vem. O BPC, pago a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos que comprovem ter renda familiar abaixo de um quarto do salário mínimo por pessoa, deve receber apenas metade dos R\$ 30 bilhões previstos para serem gastos com o benefício e está na mesma situação.

Também foram condicionadas à aprovação de crédito suplementar despesas com o pagamento de benefícios previdenciários do INSS, de subsídios e subvenções econômicas e de compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social. São R\$ 498 bilhões autorizados para cobrir esses gastos e o restante, R\$ 258 bilhões, condicionados à aprovação do crédito extra.

Para Tesouro, dívida pública vai a 77% do PIB

Em meio à volatilidade do mercado, que tem pressionado o câmbio e os juros futuros, o Tesouro Nacional alterou ontem o Programa Anual de Financiamento (PAF) da Dívida Pública Federal (DPF), que inclui a interna e a externa. O órgão elevou a meta para os títulos indexados à Selic (taxa básica de juros), as LFTs, e aumentou de 75,6% para 77% do Produto Interno Bruto (PIB) a previsão para a dívida bruta do governo geral no fim do ano. Foi a primeira mudança desde 2016 e a quarta desde a criação do PAF, em 2001.

Os novos limites mínimo e máximo para os títulos indexados à taxa flutuante passaram de 31% a 35% para 33% a 37% da DPF. Os intervalos dos demais papéis não foram modificados. Para os prefixados (LTN e NTN-F), o plano prevê um percentual de 32% a 36% da DPF neste ano. No caso dos títulos lastreados pela inflação (NTN-B), a meta permaneceu entre 27% e 31%. Para os papéis atrelados ao câmbio, a banda continua entre 3% e 7%.

De acordo com o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, José Franco Medeiros de Moraes, a mudança do PAF foi o instrumento escolhido para enfrentar a volatilidade do mercado no momento. Entre junho e julho, o órgão havia suspenso os leilões tradicionais e partido para os extraordinários, de recompra e

venda, principalmente, de NTN-F. O governo recomprou cerca de R\$ 20 bilhões em títulos da dívida.

O PAF foi instituído em 2001 e, desde então, ocorreram apenas três mudanças em momentos muito críticos: em 2008, no meio da crise financeira global, e em 2015 e 2016, quando o país estava mergulhado na recessão que fez o PIB encolher 7%.

“A LFT passou a ser o principal instrumento de financiamento e reduz o custo da dívida e o nível de risco do próprio mercado”, justificou Franco, sinalizando que, a curto prazo, o governo pretende emitir mais LFT, lembrando que os títulos prefixados estavam pagando pouco mais de 12% ao ano enquanto a Selic está em 6,5%.

O técnico, contudo, afirmou que “os princípios do PAF continuarão a ser perseguidos”: aumentar a participação de prefixados e indexados à inflação e reduzir a fatia de papéis indexados à Selic. “A demanda por LFT está bastante alta e está condizente ao cenário”, disse ele, lembrando que, nos últimos dois meses, um volume grande dos R\$ 160 bilhões de títulos vencidos “está se transformando em demanda por LFT”.

Projeção

De acordo com o coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz Fernando Alves, o aumento do saldo da dívida pública

previsto para o fim do ano foi determinado, principalmente, pela revisão de parâmetros como a projeção de alta do PIB, que passou de 2,5% para 1,6%, e pelo câmbio mais valorizado.

Franco evitou comentar sobre a perspectiva de redução da dívida de 2,1 ponto percentual com a conclusão da devolução de R\$ 130 bilhões dos aportes da União no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O estoque para a DPF previsto no PAF para o fim de 2018 varia entre R\$ 3,780 trilhões e R\$ 3,980 trilhões. Em julho, estava em R\$ 3,749 trilhões. O PAF ainda estipula que o prazo médio da DPF termine 2018 entre quatro anos e 4,2 anos, sendo 4,17 anos em julho. A parcela a vencer em 12 meses foi mantida entre 15% a 18% do total, mas atingiu 19,90% em julho.

Franco ainda afirmou que a meta do governo é rolar menos de 100% dos papéis que estão vencendo, reduzindo o volume de emissões. Segundo ele, o colchão de liquidez, “atualmente acima de R\$ 600 bilhões”, oferece conforto para essa “atuação mais cautelosa”.

37%

Percentual a que poderá chegar a fatia dos títulos indexados à Taxa Selic neste ano